

Lei nº 054/1994.

"Dispos sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1995."

João Barbosa de Sousa, Prefeito Municipal de Paramatinga - MT, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para 1995, será elaborado em estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei de conformidade com os artigos 128 e seguintes, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

1 - O orçamento fiscal do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, porventura constituídas pelo Poder Público.

Art 2º - A proposta orçamentária do Município para 1995, observará as prioridades para a administração pública referidas no Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

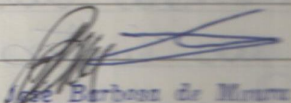
Art 3º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 1995, observadas as determinações contidas nesta Lei, até o dia 30 de Setembro de 1994.

Art 4º - Os valores da Receita e da Despesa serão orçados com base na arrecadação

bre os ajustes verificados a Lei Orçamentária.
Art 11.º - Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Art 12.º - Revogam-se as disposições em
contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
Raranaturga MT, 16 de Setembro de 1994


José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal

Anexo a Lei 054/1994

Diretrizes Orçamentária - Lei 054/1994

PROGRAMA	OBJETIVO	ÓRGÃO EXECUTOR
1. Expansão de capacidade de Processamento e Implantação de Banco de Dados	modernização dos Sistemas de Processamento agilizando as informações legislativas através da informatização permitindo consultas do Plenário às legislações complementando a informatização das unidades.	Câmara Municipal
2. Const. ou Aquisição do novo Prédio da Câmara Municipal.	melhorias das condições de espaço físico do legislativo criando espaços	Câmara Municipal

Art 8º - Ao poder Executivo cabe enviar à Câmara Municipal no corrente exercício, projetos de leis dispondo sobre alterações na legislação Tributária, especialmente sobre:

I - Instituição de regulamentação de Contribuição de melhorias sobre obras públicas;

II - Revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

III - Revisão dos mapas de valores dos Imóveis urbanos;

IV - Revisão de Imposto sobre Transmissão "Inter vivos";

V - Imposto de Renda a varejo de combustível líquido e gasoso, exceto óleo diesel;

VI - Revisão das alíquotas do Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Art 9º - As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei do Orçamento Anual.

Art 10º - As Receitas e as Despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em Julho/94, valores que serão corrigidos quando o Orçamento Anual entrar em vigor, pela variação acumulada do período de Agosto a Dezembro de 1994, pelo Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas = IGP-DI/FGV).

Parágrafo Único - Os programas estabelecidos terão prioridade po-

lação Tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual fixará os critérios de atualização das dotações orçamentárias a serem aplicadas durante o Exercício de 1995.

Artº 5º - A Proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralizadas sem autorização legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

II - As despesas com pagamento da dívida pública encargos sociais e de salários terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Artº 6º - Fica vedada no exercício de 1995, a criação de encargos ou empregos públicos, ressalvadas as seguintes condições:

I - Nas alterações de estrutura de carreira para aumentar o número de servidores;

II - Para atender as metas prioritárias das no Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Artº 7º - A Proposta Orçamentária do Município para 1995 observará o que dispõe esta Lei e será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal em 1º de setembro de 1994.